

Considerações sobre o Império Romano e o desenvolvimento do cristianismo

*Considerations on the Roman Empire and the development of
Christianity*

CHEVITARESE, A. L.; SILVA, G. V. (org.). *Cristianismos no Império Romano*. Rio de Janeiro: Menocchio, 2023. 344 p.

Anderson Leonardo Vaz Stein*

Recebido em: 21/05/2024

Aprovado em: 13/06/2024

As ideias apresentadas em *Cristianismos no Império Romano* originam-se da percepção de André Leonardo Chevitarese quanto à necessidade de oferecer conteúdo qualificado ao público das redes sociais, especialmente no que diz respeito à historiografia paleocristã (sécs. I-IV).² Ao se inserir nessas redes, Chevitarese identificou a dificuldade dos internautas em contextualizar e historicizar textos cristãos amplamente difundidos. A verificação do problema o levou a convidar Gilvan Ventura da Silva,³ que sugeriu tornar a obra não apenas destinada ao público das redes sociais, mas voltá-la, também, aos interesses do público acadêmico, em especial o das áreas de História, Teologia, Ciências da Religião e Filosofia. O resultado desse esforço está expresso em um conjunto de debates que exploram as interações entre as experiências cristãs e o Império Romano, reunindo contribuições dos organizadores e de especialistas na área. O livro do qual tratamos nesta resenha está estruturado em onze capítulos, os quais estão distribuídos em quatro partes.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo sob orientação da Profa. Dra. Érica C. Morais da Silva.

² André Leonardo Chevitarese é professor titular do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro e atua nos Programas de Pós-Graduação em História Comparada e em Arqueologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

³ Gilvan Ventura da Silva é professor titular do Departamento de História e atua no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo.

Na apresentação da obra, Pedro Paulo Funari afirma que o livro traz aquilo que há de mais atualizado sobre o tema,⁴ o que demonstra como a historiografia brasileira está antenada aos recentes debates acadêmicos em nível internacional. Ainda destaca a atenção conferida às documentações gregas e latinas, além do rigor e da sofisticação das reflexões desenvolvidas.

Na primeira parte da obra, *O Império Romano descobre o cristianismo*, Chevitarese efetua uma discussão historiográfica acerca de algumas passagens da obra *Antiguidades Judaicas*, de Flávio Josefo, autor que nasceu em Jerusalém, entre os anos 37 e 38, e que compôs seu texto entre 93 e 94.⁵ A passagem de *Antiguidades Judaicas* (XVIII, 3, 3) está entre as mais debatidas pela historiografia, sendo alvo de intensas discussões quanto à fidedignidade das palavras de Josefo – um autor judeu – em relação à figura de Jesus Cristo. Chevitarese considera que alguns trechos atribuídos a Josefo seriam, na realidade, fruto de uma interferência posterior, o que, provavelmente, teria levado a inserções feitas por um ou mais autores cristãos ao conteúdo original. Dentre essas supostas inserções, encontram-se os trechos: “[...] Se, na verdade, se pode chamá-lo de homem” e “Ele era o Messias” (Joseph., AJ, XVIII, 3, 3; Chevitarese, 2023, p. 33). Desse modo, após a exclusão de tais inserções, é possível considerar o que seria o “núcleo original”, escrito por Josefo, acerca da figura de Jesus Cristo, conforme indicado neste trecho:

Por esse tempo apareceu Jesus, um homem sábio. Pois ele foi autor de feitos surpreendentes. E ele conquistou muitos judeus e muitos gregos. E, quando Pilatos, por causa de uma acusação feita pelos nossos homens mais proeminentes, condenou-o à cruz, aqueles que antes o amavam não deixaram de amá-lo. E, até hoje, a tribo dos cristãos, assim chamada depois dele, não desapareceu (Joseph., AJ, XVIII, 3, 3 *apud* Chevitarese, 2023, p. 35).

No segundo capítulo, Chevitarese e Daniel Brasil Justi tratam dos primeiros relatos sobre os cristãos no Império Romano, sendo elencados, em suas análises, os textos compostos por Plínio, o Jovem, Tácito e Suetônio. Esses relatos remontam aos governos de Nerva (96-98) e Trajano (98-117). Plínio foi um aristocrata de origem itálica, notório por sua atuação, no início do século II, como governador da província da Bitínia, ocasião na qual escreveu ao imperador Trajano solicitando recomendações de como proceder com o julgamento dos cristãos. Na perspectiva de Plínio, o cristianismo era uma superstição excessiva, que não deveria se destacar pela ameaça proporcionada à segurança da religião e do Estado. No entanto, seu relato permite algumas considerações sobre o cristianismo na Bitínia, no contexto do século II. Dentre elas, a própria extensão

⁴ Pedro Paulo Funari é professor titular do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

⁵ As datas apresentadas nesta resenha correspondem ao período depois de Cristo, salvo indicação em contrário.

de cristãos naquela província, cobrindo todas as camadas sociais. Nota-se, por exemplo, a distinta participação de duas mulheres escravizadas que atuavam como ministras, o que sugere a importância feminina nessas comunidades.

Tácito, em seus *Anais*, apresenta um relato semelhante ao de Plínio, ao criticar os cristãos pelas atrocidades (*flagitia*), pelo ódio que nutriam contra a humanidade (*odio humani*) e pelo envolvimento com superstições perniciosas (*exitibilis superstítio*). Em 64, Tácito foi o único autor a relacionar o incêndio da cidade de Roma aos cristãos. Suetônio, por sua vez, em *Vidas dos Doze Césares*, relatou a existência de um minúsculo grupo de cristãos vivendo em meio aos judeus em Roma, formando uma única comunidade religiosa. O autor mencionou a perseguição de Nero aos cristãos, embora não tenha relacionado o fato ao incêndio de Roma. A análise dessas primeiras fontes escritas sobre os cristãos indica a inexistência de uma política única, destinada a um amplo programa de perseguição aos cristãos no Império Romano. O que se verifica, com efeito, são casos locais de repressão estatal mediante a adoção de procedimentos pontuais.

No terceiro capítulo, Belchior Monteiro Lima Neto ressalta que, durante os séculos I e II, os cristãos foram associados a uma falsa religião, em geral professada por estrangeiros e magos, os quais podem ser considerados, a partir da perspectiva teórica de Erving Goffman (1988), como indivíduos estigmatizados.⁶ No entanto, foi a partir do século III, ocasião na qual o cristianismo se fortaleceu em termos institucionais, com comunidades relativamente bem estabelecidas em Cartago, Alexandria e Roma, que as hostilidades contra os cristãos foram intensificadas. Tais perseguições podem ser identificadas no governo de Décio (249-251), que exigiu que todos os cidadãos romanos provassem lealdade ao regime, executando os ritos de culto imperial e de devoção às divindades protetoras do Império. Novas perseguições foram realizadas por Valeriano (253-260). Após a morte deste, seu filho, Galieno, promulgou um édito suspendendo as perseguições aos cristãos, de modo que, entre a década de 260 e o ano de 303, os cristãos gozaram de relativa liberdade de culto. Apesar de o período em questão ser conhecido como a "Pequena paz da Igreja", as visões estigmatizadas sobre os cristãos persistiram, a exemplo dos relatos de Sosiano Hiéroclés e Porfírio, acusados por Lactâncio de incentivarem a perseguição imposta por Diocleciano (285-305) aos cristãos. Entre 304 e 305, Diocleciano emitiu quatro éditos, os quais determinavam a destituição dos cristãos de dignidades oficiais e o confisco de seus bens; a destruição das igrejas; a queima das

⁶ Em síntese, com base na tese de Erving Goffman (1988), indivíduos ou comunidades estigmatizadas são vistos como não correspondentes às normas e aos valores considerados "normais", sendo, por isso, tratados como desajustados.

Escrituras; e a prisão dos membros do clero, que seriam obrigados a sacrificar sob pena de morte.

Em contrapartida, há um ponto de inflexão quando Constantino (306-337) torna o cristianismo uma *religio licita*, estreitando, paulatinamente, os laços entre a Igreja e o Estado. Apesar da posterior tentativa de Juliano (361-363) de reestabelecer o culto pagão e sua vinculação ao poder imperial, a aproximação da Igreja com o Império se intensificou, inclusive com perseguições aos pagãos a partir de atos legais dos imperadores Constâncio II, Graciano e Teodósio. É essencial destacar que, embora seja verificada uma expansão do credo cristão, bem como sua aproximação com o Estado romano, a percepção de que a sociedade romana, em fins do século IV, seria majoritariamente cristã, de fato, é mais um *constructo* dos autores eclesiásticos do que uma realidade histórica empiricamente verificável.

Na segunda parte do livro, *Política e Religião no Império Romano*, Thiago Eustáquio Araújo Mota faz considerações sobre o culto imperial no período Júlio-Claudiano (27 a.C. a 68). O culto imperial pode ser considerado como uma forma de inserção do imperador em um plano idealizado, acima dos outros mortais. Augusto foi o responsável pelo estabelecimento de um cânones ceremoniais de apoteose, apropriando-se de elementos culturais do Oriente, principalmente a partir da influência do culto a Alexandre, o Grande, bem como através da influência latina, com a narrativa da apoteose de Rômulo. Prática multifacetada, o culto imperial, no período Júlio-Claudiano, não foi empregado como medida universal para estimar a lealdade das populações ao imperador. Por essa razão, deve-se tratar com cautela a ideia de que o confronto com os judeus, no Principado, foi uma medida inevitável, pois, assim como os judeus de Alexandria, existiam outras formas para se honrar o imperador romano, o que, em princípio, não entraria em conflito com os preceitos dessa religião.

Ao abordar a relação entre o cristianismo e o culto imperial, Hariadne da Penha Soares destaca que o culto imperial sintetizava, de forma sofisticada, a dinâmica de relações que uniam Roma, a política e a religião, de modo que a inserção dos imperadores no panteão não criou, entre os pagãos, nenhum desconforto ou insatisfação. Por outro lado, através do culto, os imperadores criaram para si um nicho dentro do sistema religioso greco-romano, apresentando-se como interlocutores do sagrado. Nesse cenário, o cristianismo não era apenas uma religião que pregava a existência de uma única divindade, mas também apresentava uma conduta incompatível com a cosmovisão política do Império, assim como com a figura pública do imperador, que era, ele próprio, uma divindade. Entretanto, não se deve acreditar que os cristãos tenham adotado uma postura de afronta ou hostilidade à figura do imperador, ou que tivessem promovido

a organização de sedições. Contudo, foram considerados nocivos à estabilidade social, justamente em função da defesa do monoteísmo e da recusa ao culto às divindades pagãs, o que teria sido visto como fator desestabilizador da relação entre os deuses e os homens.

Ao tratar da atuação pró-cristã de Constantino, Teodósio e dos sucessores destes, João Carlos Furlani traz à cena a reconstrução da cidade de Bizâncio e sua refundação por Constantino. À vista disso, Constantinopla teria sido planejada como uma homenagem à majestade imperial, um ato de triunfo, que se tornou *exemplum* de simbiose entre a *Urbs* e a *pólis* greco-oriental. Nesse ínterim, a ação de Constantino gerou um hibridismo entre cristãos e pagãos, pois, embora o imperador tenha se aproximado cada vez mais da fé cristã, especialmente após o episódio da Batalha da Ponte Mílvia e sua adoção dos símbolos cristãos, ele não implementou mudanças significativas nas práticas pagãs. Constantino não se eximiu de utilizar a tradição antiga na construção de sua imagem e, ainda que tenha criado um amplo programa de construção de igrejas em Constantinopla, também edificou novos templos pagãos. Por fim, a ausência de uma comunidade cristã consolidada em Bizâncio, associada à característica sincrética da religiosidade dos bizantinos, permitiu ao imperador a construção de um cristianismo aos moldes imperiais.

Na terceira parte do livro, *O que a Geografia nos ensina sobre o Império Romano*, Esdra Erlacher destaca o papel central das cidades na organização e na administração do Império Romano. No período do Principado, o Império era concebido pelos romanos como uma entidade formada por duas dimensões: a *Urbs*, a cidade de Roma, o centro do mundo; o *orbis terrarum*, o território organizado sob as leis romanas; e os territórios das *externae gentes*, áreas não anexadas ao Império. Nesse ambiente, as cidades das províncias romanas eram fundamentais para o controle administrativo e tributário do Estado sobre os territórios dominados. Essas cidades eram organizadas e gerenciadas pelas elites locais, sob a liderança do governador de província e dos conselhos locais (*curia* ou *boulé*), estes últimos compostos pelo *ordo decurionum* local. Desse modo, é possível dizer que o poder imperial mantinha uma relação patronal com essas cidades provinciais e com suas elites.

Guilherme Aquino Silva e Edjalma Nepomoceno Pina, por sua vez, abordam o sistema administrativo provincial no contexto do Principado, destacando que as novas diretrizes políticas de exploração das províncias resultaram em um foco maior no potencial econômico dessas regiões. Considera-se, também, que a renúncia à ideia de que o exército romano deveria ser exclusivamente composto por itálicos resultou na inserção crescente de provinciais nas fileiras do exército romano, na condição de tropas auxiliares. As mudanças também promoveram a competência local, especialmente na

atuação jurídica. Deste modo, a gestão dos recursos humano e materiais possibilitou a implementação de uma política de integração das distintas realidades regionais à lógica do governo central, transformando áreas antes consideradas periféricas, durante a República, em regiões plenamente reconhecidas como romanas no Principado.

Em seguida, Larissa Rodrigues Sathler aborda os aspectos geográficos da difusão do cristianismo pela bacia do Mediterrâneo, processo favorecido pelo livre trânsito de pessoas pelo Império no decorrer do século I. Nas rotas de circulação dos apóstolos, é importante destacar a utilização de vias terrestres, que conectavam províncias e cidades, funcionando como artérias do Império Romano. A influência geográfica e espacial na expansão do cristianismo também tem suas evidências nas cidades. Na Antiguidade Tardia, observa-se como a cristianização do Império foi acompanhada por um processo de reordenação da paisagem urbana e das áreas adjacentes.

Na última parte da obra, *Experiências cotidianas no Império Romano*, Érica Cristhyane Morais da Silva apresenta uma perspectiva de longa duração acerca do exército romano, uma das instituições mais importantes de Roma, que era composta por infantaria, cavalaria e marinha. A guerra desempenhava um papel fundamental nas sociedades antigas. Assim, o exército romano não se limitava a ser um mero instrumento de combate, mas constituía um elemento essencial da sociedade, da economia e da política. Durante o Principado e o *Dominato*, os infantes foram o principal símbolo da força do exército romano, organizados em legiões e marchando sob o estandarte da águia. A partir do século IV, com a ameaça militar dos sassânidias, a cavalaria começou a ganhar cada vez mais relevância no exército romano, fazendo-se necessária para as novas estratégias impostas em campo. Todavia, não se deve desconsiderar a relevância das tropas auxiliares, recrutadas dentre os provinciais, as quais apresentaram crescente relevância nas fileiras romanas. Por fim, considera-se a presença, no exército, dos “bárbaros”, assim como dos cristãos, que conferiram novo vigor às forças romanas em atuação, numa nova entidade que emergia no Oriente, o Império Bizantino.

Encerrando a obra, Gilvan Ventura da Silva discute a organização social das comunidades cristãs da Idade Apostólica (séc. I), propondo que, mesmo na ausência de uma hierarquia eclesiástica baseada na repartição de encargos entre bispos, presbíteros e diáconos, o cristianismo não foi, por completo, igualitário, comportando diversos níveis de distinção social, de acordo com os parâmetros que regiam a sociedade greco-romana. O cristianismo se difundiu nas cidades mais antigas, de língua grega, da bacia do Mediterrâneo (com exceção de Roma), onde já existiam comunidades judaicas organizadas. A análise das fontes sugere que as primeiras comunidades cristãs eram formadas por pessoas de diferentes categorias: gentios, senhores e proprietários de escravos, comerciantes,

artesãos, com destaque para os libertos. Nesse ínterim, o patronato, uma das instituições mais antigas de Roma, que se fundamentava na relação assimétrica de troca de serviços e favores, foi essencial para a disseminação da fé cristã, sendo, também, uma evidência do vínculo não igualitário entre os professantes do credo.

As reflexões apresentadas ao longo do livro permitem ao leitor uma compreensão cronológica do desenvolvimento do cristianismo (ou dos cristianismos), a partir da relação entre essas comunidades e o Estado romano, bem como de sua institucionalização e vínculo com a figura do imperador e o poder público. Além disso, proporcionam uma visão aprofundada de debates complexos, à luz das documentações e da historiografia especializada, sobre episódios e fatos amplamente discutidos ou frequentemente tratados como senso comum nos diversos meios de comunicação, instituições e estratos sociais. Ao final da obra, o leitor, seja acadêmico ou leigo, terá se enriquecido com debates relevantes e epistemologicamente fundamentados sobre o tema, cumprindo, assim, os objetivos iniciais dos organizadores.

Referências

Documentação textual

FLAVIO JOSEFO. *Antigüedades judías: Libros XII-XX*. Traducción de José Vara Donado. Madrid: Akal, 1997.

Obras de apoio

CHEVITARESE, A. L.; SILVA, G. V. (org.). *Cristianismos no Império Romano*. Rio de Janeiro: Menocchio, 2023.

FUNARI, P. P. A. Roma e Jerusalém. Apresentação. In: CHEVITARESE, A. L.; SILVA, G. V. (org.). *Cristianismos no Império Romano*. Rio de Janeiro: Menocchio, 2023, p. 6-9.

GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.